
01. A UNESCO E OS “INTERESSES COMUNS DA HUMANIDADE”: IDENTIDADE E TRADIÇÃO EM UM CENTRO HISTÓRICO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Elaine F. Lima¹

Quando eu nasci, as frases que hão de salvar a humanidade já estavam escritas, só faltava uma coisa: salvar a humanidade (Almada Negreiros – a Invenção do Dia Claro, 1921).

Introdução

Este trabalho é parte integrante da pesquisa de doutoramento defendida no ano de 2014 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo - USP, na qual problematizamos a conversão de dois Centros Histórico a Patrimônio Mundial pela Unesco², a saber, os Centro Histórico de São Luís, capital do estado do Maranhão, e Guimarães, cidade do norte de Portugal considerada o berço da nacionalidade portuguesa³. A partir de um estudo comparativo, a tese teve como foco apreender as imagens citadinas e as identidades locais construídas e/ou reabilitadas durante os processos de candidatura junto à Unesco, atentando principalmente para os interesses mercadológicos e projetos políticos ali envolvidos. Aqui, embora partindo desse universo comparativo, limitaremos nossa abordagem mais especificamente ao caso de São Luís.

Ao longo de sua história, a atuação da Unesco envolveu mudanças e alargamentos em suas áreas de abrangência e possibilitou a construção de um conjunto de documentos que ressemantizou o campo Patrimônio, permitindo a formação de uma “uma esfera pública mundial” (ARANTES, 2009, p. 12) para as questões patrimoniais. Nesse contexto, as práticas

¹ Elaine Lima é Professora de História da Arquitetura e de Patrimônio Cultural e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Pesquisa Histórica (Neph) do Centro Universitário Ages (UniAges). elaflima@yahoo.com.br

² Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

³ LIMA, Elaine F. Da Nação ao Mercado: Patrimônios Mundiais e Intervenções Urbanas em Perspectiva Comparada. Tese (Doutorado Em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014.

de preservação foram mundializadas, contribuindo para essa mundialização a implantação da categoria de patrimônio que particularmente nos interessa: o Patrimônio Mundial.

Criada no pós-guerra com “o propósito de fazer avançar, através das relações educacionais, científicas e culturais entre os povos do mundo, os objetivos da paz internacional e do bem-estar comum da humanidade” (UNESCO, 2002, p. 2), a Unesco dedicou-se logo cedo à questão da cultura, embora seu campo de ação envolvesse outros elementos. Esse organismo, com seu ideal de universalidade, conseguiu formar e coordenar uma circulação simbólica e discursiva envolvendo organismos transnacionais e da sociedade civil, bem como governos nacionais, possibilitando disciplinar jurídica e politicamente uma variedade considerável de temas relativos à cultura e, por conseguinte, ao Patrimônio Cultural.

Essa conjuntura possibilitou que paulatinamente a diversidade cultural passasse a ser vista como um direito e como um elemento a ser articulado por meio de políticas estatais. Além disso, a Unesco atuou no sentido de promover a cooperação e a solidariedade internacional, tendo sempre em mente a ideia de integração da humanidade, posta como fator estruturante de uma realidade cada vez mais global. A cultura e o reconhecimento da diversidade cultural são elementos tomados e difundidos pela Unesco enquanto exemplos do caminho de solidariedade crescente no qual a humanidade, para além do seu sentido filosófico e abstrato, deve ser dirigida. Um caminho que, na perspectiva dessa organização, é marcado pela existência de interesses cada vez mais comuns e também superiores se comparados a muitos dos interesses particulares de cada nação, e é como tal que o chamado Patrimônio Comum da Humanidade é apresentado.

A partir da análise das Cartas Patrimoniais e de diversos outros documentos da Unesco, pudemos perceber como torna-se central, dentro desse organismo, a ideia de humanidade e, mais ainda, de seus supostos interesses comuns, formulados a partir da percepção de uma comunhão de destino quase que inescapável (LIMA, 2014). A perspectiva de que existem determinados interesses comuns a todos os homens contribuiu sobremaneira para que certos valores ocidentais fossem universalizados, com a Unesco apresentando-se como grande agente dessa universalização.

Dentro desses interesses comuns da humanidade, considerados a partir de uma perspectiva de interesses presentes e futuros, destaca-se o seu patrimônio, dividido em duas categorias: a de aspecto cultural, que envolve elementos valorativos de cunho estético, ético e

histórico; e outro de caráter natural, cuja importância é vista como vital para a própria sobrevivência da humanidade⁴. Esse patrimônio pode não envolver o acesso a benefícios econômicos, o que, *a priori*, parece ser o caso dos bens culturais, mas que, conforme argumentamos, estão também eles revestidos de interesses competitivos e mercadológicos.

Se, como afirmam alguns estudiosos do direito internacional (PUREZA, 1995), a instituição e proteção do Patrimônio Comum da Humanidade nasceu com o intuito de promover um movimento de solidariedade entre os Estados, é na ambiência da Unesco e da formulação dos chamados direitos culturais que essa ideia se apresenta com maior veemência. Na Convenção do Patrimônio Mundial (1972), esse sentido de solidariedade aparece, principalmente quando considera que, diante das ameaças crescentes que colocam em perigo o patrimônio cultural, cabe “à coletividade internacional participar na proteção do patrimônio cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, a complete de forma eficaz” (UNESCO, 1972, p. 1).

A criação da Lista do Patrimônio Mundial por iniciativa da Unesco surge de uma constatação: a de que os governos locais, diante dos processos acelerados de modernização, eram incapazes de sozinhos atuarem na preservação de grande parte do seu patrimônio. Foi assim que esse organismo internacional criou, ainda na década de 1950, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), e, anos mais tarde (1972), realizou em Paris conferência que resultaria na Convenção do Patrimônio Mundial. Esse documento, cuja função é definir os parâmetros de atuação na área, bem como os princípios que levariam à criação e inserção de bens nessa nova categoria, passou a estabelecer uma gama de justificativas e critérios para a proteção internacional de bens culturais e naturais.

Entre os critérios utilizados, os quais só fizeram corroborar os valores do modelo francês de preservação, internacionalizando-o, instaurou-se o de excepcionalidade, com destaque para a autenticidade dos bens culturais e a monumentalidade dos naturais (LIMA, 2014). Dessa forma, para que “toda a humanidade” se envolva na preservação de um bem patrimonial é necessário que este apresente caráter excepcional, seja ele antropológico, etnológico ou mesmo estético, e valor universal que justifique tal empenho. É necessário que ele seja um exemplar único das diversificadas tipologias criadas pelo homem. Isto, a

⁴ A exemplo do fundo dos mares, dos oceanos e da Lua.

princípio, pode parecer um contrassenso, já que exige de um bem duas naturezas tão contraditórias: excepcionalidade e universalidade. No entanto, a ideia é que justamente de sua excepcionalidade deriva o interesse universal de sua preservação.

De acordo com o documento e os procedimentos estabelecidos, para que um bem seja incluído na lista e receba o título de Patrimônio Mundial faz-se necessário que ele seja, a princípio, alvo de medidas protecionista em seu próprio país. Além disso, é o país no qual ele está localizado que deve solicitar a inscrição por meio de um dossiê abastecido de justificativas quanto à sua autenticidade e excepcionalidade. O pedido é analisado em primeira instância pelo Centro de Patrimônio Mundial, que verifica se o dossiê contém os itens necessários. Em seguida, o dossiê é enviado para a análise técnica do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), e segue posteriormente para o Bureau do Patrimônio Mundial que fará a análise dos pareceres emitidos pelos técnicos do Icomos. Por fim, a deliberação final é dada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, que conta com 21 representantes dos países-membros.

Embora não se possa negar que a eleição de um bem a Patrimônio da Humanidade passa por um processo internacional de avaliação, a necessidade de que seu país de origem seja o proponente da eleição deixa claro que o primeiro critério pelo qual ele passa é nacional, e não mundial, o que expõe o título a uma instância de interesses políticos e mercadológicos internos.

Desde a criação da lista, o processo de eleição e a credibilidade da Unesco pareceram conferir atratividades e qualidades inestimáveis aos bens inscritos na lista, e o status de Patrimônio da Humanidade tornou-se ponto de destaque no turismo internacional. Todo esse processo, revestido de grande competência técnica, parece confiar ainda mais significado ao título e status ao bem cultural, tendo como consequência um acréscimo considerável de seu potencial marqueteiro, mercadológico e turístico. A corrida por esse título e suas benesses se desenrolou de maneira tão exacerbada que a Unesco passou a limitar o número de inscrições para 30 ao ano.

Conforme argumentamos, o uso mercadológico exacerbado dessa categoria de patrimônio resultou em uma contradição bastante interessante quando pensamos que uma das intenções de salvaguardar um bem como um Patrimônio da Humanidade é gerar uma solidariedade mundial e pertença comum, uma vez que passa ser da coletividade internacional a responsabilidade de preservar algo que diz respeito a todos. No entanto, a disputa das

cidades e lugares por um lugar ao sol no circuito turístico mundial gera muito mais competitividade que solidariedade. Na lógica da competição, e principalmente por meio do *citymarketing*, trata-se de construir imagens-sínteses que, ao qualificarem de forma exacerbada o “nós”, acabam causando, de maneira indireta ou não, a desqualificação do “outro”.

No início de 2012, uma peça publicitária vinculada pelo governo do Maranhão em rede nacional nos dá uma boa amostra disso. O vídeo, que fazia parte da campanha “Maranhão Único”, destacava as excepcionalidades do lugar e generalizava o título de Patrimônio Mundial concedido ao Centro Histórico de São Luís, apresentando não só imagens desse sítio, como de outros⁵ e de suas paisagens naturais. O vídeo apresenta a seguinte narrativa:

Por que se contentar com o comum se você pode viver o único? Por que escolher um lugar qualquer se você pode ir para um lugar reverenciado pelo mundo? Por que aceitar o bom se você pode viver o inesquecível? Por que ver o ordinário se você pode experimentar o extraordinário? Venha viver um lugar como nenhum outro⁶.

A narrativa da peça trabalha, portanto, em cima de pares de oposição que apresentam o Maranhão de maneira altamente positiva e minimizam os outros lugares. Se o Maranhão é lugar como “nenhum outro”, incluem-se nessa generalização aqueles que também detêm o título concedido pela Unesco. Termos como “único”, “reverenciado”, “inesquecível” e “extraordinário” são utilizados em oposição a “comum”, “lugar qualquer”, “bom” e “ordinário”, em um movimento que qualifica o “nós” e desqualifica o “outro”.

Neste sentido, não seria errôneo afirmarmos que o processo de candidatura e a concessão do título são momentos e processos marcados por interesses que vão muito além da preservação e que, portanto, geram uma série de conflitos e jogos políticos e econômicos que ultrapassam um processo puramente técnico de escolha de um bem. Enquanto espaço de disputa econômica, política e simbólica, ele é atravessado por agentes privados, públicos, ligados a organismos internacionais e, mais recentemente, a movimentos sociais, que hora se coadunam e hora entram em contradição.

Neste sentido, a construção do patrimônio não obedece apenas a preocupações relativas a questões simbólicas, educativas e mesmo cognitivas. Esse processo apresenta-se como extremamente político e com intenções pragmáticas cada vez mais óbvias. Para além de

⁵ Muitas das imagens são do centro histórico de Alcântara, cidade vizinha a São Luís e que não obteve sucesso quando se candidatou a Patrimônio da Humanidade.

⁶ Disponível em: <http://www.silvanolago.com/2012/01/maranhao-lanca-campanha-publicitaria-de.html>.

elementos como identidade, memória e história, tão presentes nos discursos patrimonialistas, seus resultados econômicos e mercadológicos são cada vez mais levados à baila e constantemente entram em cena as ações que visam extrair aquilo que Harvey (2006) relacionou com as rendas monopolistas.

Ter o nome inscrito na lista de Patrimônios da Humanidade é apresentar um status internacional e uma distinção que incidem positivamente no desenvolvimento do *citymarketing*. Mais do que isso, configura-se em um acúmulo vantajoso de capital simbólico e de marcos de distinção que são imprescindíveis quando o objetivo é inserir os bens patrimoniais no circuito mundial de lugares e de cidades.

Embora não se possa negar a importância histórica e cultural dos bens inscritos como Patrimônio da Humanidade, os critérios adotados para a inscrição, como excepcionalidade, universalidade e autenticidade, acabam sendo usados como recursos para renda monopolista e colocam-se como bastante condizentes com as necessidades do turismo mundial, sendo utilizados por ele de maneira estratégica. A consagração de um bem como de interesse mundial é o álibi perfeito para despertar o interesse de turistas e visitantes.

Se a Unesco não mercantiliza o patrimônio diretamente, levanta os elementos que acabam suscitando o interesse dos capitalistas e dos governos locais, ávidos pelas rendas monopolista ali presentes. O frenesi patrimonialista que daí decorre e que hoje engloba também os bens de natureza imaterial, nos leva a pensar como o conceito de “tragédia da cultura”, de Simmel (2005), pode ser pertinente para compreendermos esses atuais processos de estetização das estruturas sociais e da vida cotidiana. A exacerbada corrida patrimonial que permeia as cidades e os lugares na atualidade e a ideia de que tudo pode ser lançado no campo da cultura e do consumo cultural nos reporta ao trágico acúmulo da cultura objetiva descrito no pensamento simmeliano, nos fazendo pensar, na pista deixada por ele, em uma tragédia do patrimônio (LIMA, 2014).

Quando pensamos no Patrimônio Mundial percebemos como esse elemento da “cultura objetiva”, o qual deveria ser meio para o “cultivo do sujeito”, acaba se autonomizando dentro das relações mercadológicas de concorrência intercidades, tornando-se um fim em si mesmo. Fetichizados, esses bens são como que dotados de valores próprios, autônomos, imutáveis e independentes do próprio contexto local em que se inserem. Secundarizadas, as preocupações quanto à memória e à construção das identidades são substituídas pelas preocupações quanto à renda monopolista. Neste contexto, o objeto, ou

seja, o patrimônio, que deveria ser o meio, transforma-se no fim, de modo que encontramos aí seu aspecto trágico.

1. Patrimônio Mundial e política no cenário ludovicense

A análise do processo de candidatura e de eleição do Centro Histórico de São Luís a Patrimônio da Humanidade mostra mais diretamente como interesses mercadológicos e jogos políticos podem facilmente perpassar esse processo, a começar pelas imagens, identidades, tradições e personagens escolhidas para compor o dossiê de candidatura.

A cidade de São Luís é perpassada por um conjunto robusto de imagens e representações, as quais envolvem sua suposta fundação francesa e também seu urbanismo tipicamente português. Se essas duas representações foram primordiais no processo de revalorização da área central ludovicense ocorrido a partir da segunda metade do século XX, no processo de candidatura a Patrimônio Mundial, acrescenta-se a elas outra representação: a de Atenas Brasileira. No dossiê de propositura enviado à Unesco, a trajetória da cidade e de seu núcleo urbano é construída da seguinte forma:

Núcleo habitacional fundado por franceses, anteriormente visitado por espanhóis atraídos por um possível caminho até o El Dourado, conquistada e saqueada por holandeses, São Luís é, finalmente, colonizada por portugueses que consolidaram seu domínio em todo o território brasileiro. Destes primórdios que fazem caminho e destino de inúmeros povos, São Luís atravessou sua história como ativo participante na vida do Estado Colonial do Maranhão, que mantinha relação de comércio e poder diretamente com Lisboa. Porto de escoamento da produção de toda região Norte, pujante parque têxtil do princípio do século XX, São Luís manteve papel preponderante na cultura nacional que se traduziu na produção de seus poetas, escritores e políticos e materializou-se nos espaços urbanos, praças e solares (SILVA, 1997, p. 36).

Enquanto nesse primeiro momento do dossiê a ideia de França Equinocial e de cidade dos azulejos são destacadas, em um segundo momento, entra em cena a ideia de Atenas Brasileira, intimamente ligada a essa pujança cultural em destaque na citação acima e claramente frisada nas citações abaixo.

Todavia, graças ao comércio, a cidade foi florescendo, particularmente no século passado, quando foi chamada de “Atenas Brasileira” (ainda hoje se diz que a pronúncia de São Luís é uma das mais puras do Brasil) (SILVA, 1997, p. 64). São Luís foi a primeira cidade do país a receber uma companhia italiana de ópera e uma das primeiras a ter ruas bem calçadas e iluminadas. Os navios traziam toda semana as últimas novidades da literatura francesa e as famílias ricas mandavam seus filhos estudar na Europa. Essa Idade do Ouro da economia do Maranhão teve um reflexo imediato na vida cultural da Província e no embelezamento da capital. São Luís ficou conhecida como a “Atenas Brasileira” por causa do grande número de escritores aí nascido ou que aí viveram, do seu papel na criação de movimentos literários renovadores e da sua forte tradição de ensino nas letras clássicas. O

Maranhão é hoje o lugar do Brasil onde se fala melhor a língua portuguesa (MOREIRA, 1998, p. 24).

O título de Atenas Brasileira atribuído a São Luís relaciona-se ao progresso material e cultural possibilitados pelas intensas relações comerciais que o Estado do Maranhão manteve com a Europa a partir das últimas décadas do século XVIII e principalmente durante o período imperial. O fato de o Maranhão ter ocupado lugar de relevo na economia nacional da época refletiu na formação de uma elite fundiária que logo buscou adequar seus costumes e bens materiais àqueles típicos da cultura europeia e, principalmente, da conhecida “capital do século XIX” (BENJAMIN, 1997). Os filhos dessa elite, mandados a estudar no velho continente, eram a principal ponte entre São Luís e o mundo “civilizado” e voltavam trazendo de lá o gosto pela arte, pela literatura e pelos costumes refinados. O interesse pelo teatro, por exemplo, teria refletido na vinda de companhias italianas e francesas para temporadas na capital ludovicense (CARVALHO, 2009). Desse intercâmbio cultural surgiram grupos literários cuja existência é representada a partir do mito de São Luís como Atenas Brasileira⁷.

Para Corrêa (1993), a adesão forçada do Maranhão ao processo de independência do Brasil é a principal pista para entendermos a criação desse mito ludovicense. Obrigado a se integrar ao Brasil, que cada vez mais tinha no Rio de Janeiro seu centro político e administrativo, o Maranhão desenvolveu uma identidade que pudesse colocá-lo novamente em posição de destaque nacional. Para isso, recorreu ao seu número significativo de poetas e escritores e ao seu suposto requinte e efervescência cultural, possibilitados pelo progresso econômico do estado. Obrigada a se integrar ao Brasil, país que considerava de limitações civilizacionais, as elites maranhenses criaram a autoimagem de representante da cultura clássica europeia, de modo que o mito da Atenas Brasileira foi formatado para ser um elemento de diferenciação. Até hoje, esse elemento é constantemente recriado e remontado com o intuito de apresentar a singularidade desse povo⁸.

Se essa imagem de uma cidade marcada por intelectuais letrados serviu para embasar o dossiê de candidatura, outra, mais recente e menos erudita, mas não menos importante, não teve o mesmo destino. O título de Jamaica Brasileira, pelo qual São Luís é claramente conhecida no contexto nacional, não mereceu nenhuma menção nem no dossiê de candidatura

⁷ Outras cidades brasileiras, como Olinda e Rio de Janeiro, também foram postas como Atenas Brasileira. Contudo, São Luís foi aquela que melhor deu conta de perpetuar essa representação literária.

⁸ Formada a partir desses elementos literários, a verdade é que a ideia de Atenas Brasileira constitui um dos muitos mitos ludovicenses acerca de sua suposta singularidade. Enquanto muitos historiadores e a própria elite produzia e reproduzia esse discurso de pujança intelectual e cultural da capital maranhense, vozes discordantes surgiam dentro das próprias gerações literárias utilizadas para a construção da imagem ateniense.

nem nas publicações oficiais divulgadas após a obtenção do título. Se a economia escravocrata do Brasil colônia esteve presente nesse dossiê, diretamente relacionada ao mito da Atenas Brasileira, a representação identitária que hoje se reveste de maior importância para a população negra ludovicense foi varrida para debaixo do tapete.

O Centro Histórico de São Luís, cuja formação urbana e arquitetônica foi o reflexo da prosperidade material da elite agrária maranhense, hoje é inegavelmente embalado pelo *reggae*. Passear por suas ruas, becos e escadarias implica deparar-se com o ritmo tocando em casas, bares e lojas de artigos musicais, como aquelas dedicadas exclusivamente a esse ritmo. Nas lojas de artesanato e suvenires, entre as peças com motivos dos famosos azulejos e entre as miniaturas dos antigos casarões, facilmente encontramos camisetas estampando a figura de Bob Marley e pequenas peças nas cores vermelha, amarela e verde, lembrando-nos que também estamos na Jamaica Brasileira.

Contudo, não raramente essa imagem é criticada por jornalistas e figuras locais mais tradicionais como um elemento intruso ao centro histórico e suas características mais “genuínas”. Se, de um lado, esses laços são nutridos pela população de uma maneira geral e por alguns setores da mídia e da indústria radiofônica, por outro são atacados e desconstruídos, principalmente por aqueles que ainda tentam reconfigurar e atualizar a ideia de Atenas Brasileira. Em 1991, uma importante figura do cenário político e intelectual da cidade destacou:

No momento em que os meios de comunicação maranhenses passam a cognominar à nossa São Luís não mais de “Atenas Brasileira”, mas de “Jamaica Brasileira”, urge que se repudie tamanho e tão deplorável abuso [...] Não se conhece na história da Jamaica feitos nos campos da letras, artes e ciências. [...] Eis que a ignomínia parece contagiar a cidade, profanando a sua cultura, maculando um passado de fastígio literário e artístico (RAYOL apud ARAGÃO, 2007. p. 73).

Talvez para não “macular” esse passado é que a representação imaginária da Jamaica Brasileira tenha sido deixada de lado no processo de eleição de São Luís a Patrimônio Mundial, embora esse fosse um fator passível de ser utilizado como outra das singularidades ludovicenses. De qualquer forma, e a despeito da tradição envolta na ideia de Atenas Brasileira, a verdade é que ela representa muito mais facilmente as oligarquias maranhenses, tão empenhadas em tornar a cidade um elemento de distinção mundial. Se bem lembrarmos, um dos maiores representantes dessa oligarquia, o então senador José Sarney, não era apenas o maior nome da política maranhense, mas também o atual representante do mito ateniense, haja vista sua inserção no campo literário e o fato de ser ele membro da Academia Brasileira

de Letras. José Sarney assumiu o governo do Maranhão em 1966 proclamando que se tratava da “poesia no poder” e, não por acaso, o projeto político de obtenção do título de Patrimônio Mundial, levado a cabo por sua filha, passou inegavelmente pela exaltação do mito originado no campo das letras.

Todos esses aspectos levantados, quando acrescidos com os que se seguem, só corroboram o fato de que, embora seja uma distinção mundial e envolta de questões técnicas legitimadas pelo prestígio da Unesco, o título de Patrimônio da Humanidade encontra-se também atrelado a interesses e influências locais de natureza mercadológica, mas também política. No caso de São Luís, pudemos perceber como a chancela desse organismo internacional pode facilmente se converter em um poderoso instrumento de captação de recursos financeiros e, principalmente, de dominação identitária e política.

Neste sentido, vale destacar o percurso que levou o Centro Histórico de São Luís ao reconhecimento da Unesco, o qual começou a ser trilhado ainda nas campanhas de Roseana Sarney ao governo do Estado, quando o turismo foi inserido como uma das maiores vocações econômicas do Maranhão.

O turismo é uma das atividades econômicas que será prestigiada na Administração Roseana Sarney, candidata ao Governo do Estado [...]. O Maranhão está estrategicamente posicionado entre o Norte e o Nordeste, somando características e pertencendo a órgãos promocionais das duas regiões, como a CTI-Norte e CTI-Nordeste. Mas existem algumas deficiências que devem ser superadas como infraestrutura e atendimento dirigido. O programa de governo de Roseana Sarney consiste na criação de balcões de investimentos turísticos para a captação de recursos para o setor. O mesmo será obtido junto a órgãos públicos como a Sudam, Sudene, EMBRATUR e até mesmo em bancos internacionais. [...] A recuperação de prédios históricos de interesse cultural, o treinamento de guias, garçons e funcionários da rede hoteleira, plano de desenvolvimento de áreas como a do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e a do Delta do Parnaíba serão ações executadas paralelamente a campanhas nacionais e internacionais de divulgação do potencial turístico do Maranhão (O IMPARCIAL, 16 set. 1994, p. 3).

Uma vez eleita, Roseana dá início às tratativas para inscrever São Luís na lista do Patrimônio Mundial. Esse feito, desde cedo, tinha duas intenções claras: de um lado, criar uma singularidade, uma espécie de “renda monopolista” (HARVEY, 2006), capaz de facilitar a aquisição de apoio financeiro para o setor turístico do estado e, de outro, inscrever definitivamente o sobrenome Sarney na história da patrimonialização ludovicense.

Assim, após uma primeira consulta realizada em 1995 junto à Unesco, inicia-se o trabalho de montagem de uma equipe de arquitetos e de historiadores e de um documento cuja característica técnica foi mesclada com informações políticas e pessoais aparentemente

desnecessárias. Dizemos aparentemente porque no fim do processo foram a diplomacia e o peso político dos agentes envolvidos que ajudaram a dar ganho de causa a São Luís.

Além do apoio técnico do IPHAN, a confecção do relatório contou com um forte e decisivo aliado: o apoio diplomático do historiador francês Jean-Pierre Halévy, ex-diretor do Centro de Estudos Superiores de Monumentos Históricos da França⁹. Em entrevista, Luiz Phelipe Andrès, secretário de cultura responsável pelo projeto de candidatura junto a Unesco, nos relata com detalhes as iniciativas de Halévy no sentido de construir a proposta de São Luís.

Ele foi lá na Unesco e perguntou: “o que é um bom dossiê?”. E colocaram pra ele dois documentos. Assim: um era um livro fantástico de policromia de uma cidade portuguesa, e outro era um colecionador, com umas separatas, grampeadas, umas “xerox”. E falou pra ele: as cidades às vezes acham que vão impressionar fazendo um documento luxuoso, encadernado, de policromia, e isso é péssimo, porque na verdade, esse comitê se reúne uma vez a cada ano [...] e eles vêm do mundo inteiro para Paris, pra se reunir, e tem muitas propostas. Então eles avaliam o que o ICOMOS, a expertise que o ICOMOS já fez, e em cima dessa avaliação eles distribuem. Por exemplo, se você faz parte do birô e é um arquiteto que está ligado mais à história, então eles distribuem a parte do dossiê que é mais ligado a isso. Então é mais fragmentado, muito mais fácil, eles não têm tempo, é só uma semana pra avaliar cinquenta processos. Se você pega um livro dessa grossura, o que vai fazer? Arrancar as páginas, ou então dá um livro enorme pra cada um, para o cara ir procurar lá o assunto que é da área dele? Então o melhor é seguir o formulário deles e qualquer coisa que você queira acrescentar além daquilo, colocar como anexo. Mas em separata. E foi assim, com essa orientação, que Halévy nos passou: “faça uma coisa modesta, não pretenciosa” (ANDRÈS, entrevista à autora, 2012).

Seguindo as indicações técnicas da Unesco e de Halévy, o dossiê apresentou as justificativas perpassando questões históricas e culturais, sempre destacando a singularidade urbana do bem em questão.

Palco de lutas pela afirmação nacional, a São Luís coube criar através da releitura da arquitetura portuguesa, uma arquitetura única: seja pela generosidade dos materiais construtivos utilizados, seja pelas soluções ambientais adotadas, a casa maranhense se distingue de toda arquitetura colonial do país. [...]. Mais extenso conjunto urbano e arquitetônico colonial da América Latina, com seus mais de 3.500 imóveis representativos de nossa história, São Luís é definitivamente um dos mais acabados exemplos da maneira de viver do Brasil dos séculos XVIII e XIX (SILVA, 1997, p. 36).

Uma vez construída sua primeira versão, o dossiê foi prontamente encaminhado pela governadora Roseana Sarney ao Diretor Geral da UNESCO, o Sr. Federico Mayor. Somente dois meses depois desse encaminhamento, já nos mês de julho, é que o referido documento foi enviado ao Ministério da Cultura (MinC) e ao IPHAN. Esse detalhe de datas nos apresenta

⁹ Além disso, o historiador já havia sido Consultor Cultural da França no Brasil e membro do Comitê do Patrimônio Cultural em seu país. Halévy visitava com frequência o Maranhão e foi o responsável pela inclusão do estado no Acordo Brasil-França, que entre 1987 e 1990 permitiu que vários profissionais maranhenses realizassem, em Paris, estágios e cursos de especialização no campo do patrimônio.

a relação direta que se estabeleceu entre as autoridades ludovicenses e algumas instâncias da Unesco, sendo que nesse processo o IPHAN exerceu uma função secundária. Conforme a própria convenção do Patrimônio Mundial (1972), a inscrição de um bem na lista “apenas poderá ser feita com o consentimento do Estado interessado”. No mesmo sentido, a convenção assevera que “cada um dos Estados parte [...] deverá submeter, em toda a medida do possível, ao Comité do Património Mundial, um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos na lista [...]”. No caso de São Luís, o estado brasileiro, representado pelo MinC e pelo IPHAN, só teve acesso ao dossiê de propositura dois meses após seu encaminhamento oficial à Unesco. Extremamente centralizado nas mãos da equipe designada pelo governo, chefiada por Andrès, o processo de candidatura não contou nem com a participação da população, nem com a participação da prefeitura, na época ocupada por um grupo de oposição à família Sarney.

Nesse momento inicial, várias foram as correspondências trocadas entre o governo do estado e a Unesco, que sempre respondia com indicações acerca de elementos que precisavam ser incluídos no dossiê, até que em novembro daquele mesmo ano uma missão do Icomos chegou a São Luís visando construir um avaliação preliminar acerca do seu centro histórico. Após apresentar sugestões de aperfeiçoamento e de adequação da proposta ludovicense, a referida missão considerou a candidatura de São Luís pertinente e encaminhou parecer favorável ao Icomos.

A partir daí, algumas mudanças no dossiê começaram a chamar atenção e a própria mídia começou a apresentar as relações pessoais que se estabelecem para além do protocolo estabelecido pela convenção do patrimônio mundial. Matéria publicada pelo jornal *O Estado do Maranhão* destacou, por exemplo, como foi “oportuniíssima a intervenção do ex-presidente José Sarney junto à direção da Unesco para que o dossiê sobre a declaração de São Luís como cidade Patrimônio da Humanidade volte à ordem do dia naquela organização” (24 de janeiro de 1996). Se essa afirmativa pode apresentar-se como propaganda midiática, uma revisão do documento oficial, elaborada por um dos membros da equipe técnica e amplamente divulgada, torna a informação ainda mais clara. Em um dos documentos anexos à proposta, escreve-se:

Como amigo pessoal, há vários anos, do Diretor Geral da Unesco, Dr. Federico Mayor, o Senador José Sarney, discreta e diplomaticamente, como é do seu feitio, levou suas manifestações de apoio àquela instituição em todos os momentos e recebeu, do Dr. Mayor, sempre as melhores evidências de sincera reciprocidade na ações culturais da Unesco. Trinta anos depois de deixar o Governo do Maranhão, o

Senador José Sarney vê finalmente seus esforços em defesa do patrimônio cultural maranhense, levadas pelas mãos da Governadora Roseana Sarney, serem reconhecidos internacionalmente pela Unesco, a mais prestigiosa entidade cultural do mundo (SILVA, 1997, p. 102).

A edição do dossiê revisada pelo arquiteto Ronald de Almeida Silva extrapola, portanto, as questões do patrimônio e se apresenta como um documento de exaltação não só de José Sarney, mas também da sua própria família. Os trechos abaixo exemplificam bem essa questão.

Destaca-se, ainda, nesse período, a criação do escritório regional do IPHAN / MinC, cujo primeiro Coordenador foi o advogado Ivan Sarney, intelectual que manteve atuação destacada à frente daquela instituição (SILVA, 1997, p. 40, grifos nossos). A aprovação técnica da inclusão de mais um bem cultural brasileiro na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco representa o reconhecimento da mais importante instituição cultural do mundo ao espírito elevado e ao grande discernimento da Governadora Roseana Sarney, que desde o início do seu governo deu continuidade aos trabalhos que vêm sendo feitos há 20 anos pela equipe da SEPLAN e da SECMA [...] (SILVA, 1997, p. 101, grifos nossos)

Se essas questões políticas e personalistas dão o tom das últimas versões do dossiê, o que estava para acontecer na 21ª Reunião Internacional do Bureau do Patrimônio Mundial, realizada em Paris em junho de 1997, nos mostra ainda mais do que a eleição de um bem como Patrimônio Mundial, ao menos no que se refere à patrimonialização à brasileira, extrapola a questão técnica, histórica e artística. Após o Icomos aprovar, com ressalvas, o parecer favorável da sua equipe – aquela que realizou a missão exploratória em São Luís – era a hora de a proposta passar pelo seu momento mais crítico, já que a decisão desse *bureau* costuma ser diretamente aprovada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, responsável pela entrega do título.

Presidindo uma grande comitiva, Roseana Sarney seguiu para Paris junto com seu pai, José Sarney, à época exercendo o mandato de senador pelo estado do Amapá. Já na capital francesa, a comitiva brasileira foi informada por Halévy de que a proposta de São Luís não seria aprovada. As informações levantadas por ele nos bastidores eram de que faltava um estudo comparativo de várias cidades da América Latina, algo que o próprio Icomos estava realizando. Fora isso, as propostas para a inserção de um bem na lista do Patrimônio Mundial costumam apresentar uma comparação do bem em eleição com outro de mesma natureza, a fim de que seja possível estabelecer as questões da singularidade e da excepcionalidade. Esse era um elemento ausente no dossiê apresentado por São Luís. No trecho da entrevista concedida por Andrès, esse episódio mostra o peso político daquele título e os receios de não conquistá-lo.

A reunião dura uma semana e nesse momento teve um suspense, que é uma coisa que ninguém sabe. Mas no início da reunião descobrimos que havia sim um parecer favorável, porém, tinha uma condicionante que gelou o sangue da gente. Que era o seguinte: havia uma condição, que São Luís deveria aguardar o estudo comparativo de várias cidades da América Latina que estava sendo realizado. Caramba, nós gelamos, porque nós saímos daqui, imagina a província, pra buscar esse caneco. A expectativa daqui... imagina! Nós fomos lá pra buscar isso. Se eu volto de lá e digo, olha, não, não entrou, São Luís não entrou na pauta porque ainda falta um estudo, iriam dizer: “esse caras são incompetentes, não fizeram nada direito”. Ia ser crucificado. Jean-Pierre que descobriu isso. Chamou a gente lá, depois da reunião, e falou: “olha, corremos um sério risco” [...]. E foi um pânico: se a gente voltar pra São Luís com essa notícia, estamos liquidados, vamos ter que sair de São Luís (ANDRÈS, entrevista à autora, 2012).

Se a população não foi envolvida na construção da proposta, os sentimentos de pertença e de orgulho para com o possível título já haviam sido trabalhados de tal forma pela publicidade oficial e pelos meios de comunicação, que voltar de Paris sem a indicação dessa distinção da Unesco era como assinar um atestado de incompetência, mesmo sabendo que a reprovação de propostas na reunião do *bureau*, ou mesmo o adiamento da aprovação para o ano seguinte, como seria o caso de São Luís, são bastante comuns. Mas no caso em questão, o adiamento faria o título perder sua força de coesão e colocaria em xeque não só o projeto político de Roseana, de ligar definitivamente o sobrenome Sarney ao patrimônio ludovicense, como dificultaria a aquisição dos tão esperados empréstimos e financiamento destinado a alavancar o turismo de São Luís. Neste sentido, por sugestão da arquiteta Dora Alcântara, importante nome do IPHAN e dos estudos arquitetônicos do Maranhão, cria-se uma justificativa para dispensar o estudo comparativo e garantir o título.

Nós sentamos em um bistrô lá e surgiu a ideia, da Dora, que falou assim: “[...] São Luís é a única cidade de origem portuguesa, as outras todas são de natureza espanhola. Aí tem aquela coisa do Buarque de Holanda que diz que os espanhóis são taxadores e os portugueses semeadores. E vamos dizer que são urbanismos de natureza diferente, que não dava pra misturar alho com bugalho, e que não tem nada a ver comparar o urbanismos português com o espanhol, e pedir que seja dispensado esse estudo. Aí o nosso representante, que falava muito bem o francês e tinha a pegada de um diplomata, escreveu uma intervenção e ficamos naquele suspense tremendo. Terça, quarta, e quando chegou a vez de São Luís, na quinta-feira, projetaram os slides, e tal. Aquele clima solene, o plenário muito impressionante, lá na sede da Unesco e aí, quando colocou em votação, ele pediu a palavra [...] e curto e grosso falou assim: a delegação do Brasil aqui presente solicita que essa comparação seja dispensada do resultado [...], considerando que São Luís é a única cidade portuguesa e que não se compara... [...] E aí ele falou assim, curto e grosso. Foi rápido: “solicitamos que o Centro Histórico de São Luís seja dispensado do estudo comparativo, considerando que não há porque comparar cidades de urbanismos espanhol com português, que são natureza completamente diferente, e pronto”. Eu falei, caramba, esse cara foi muito grosso, isso que é diplomacia, eu pensei comigo? Aí deu aquele branco no plenário, o alemão pediu a palavra. E o cara concordou. Eu quase desabei, já não dormia direito. Aí veio um mexicano, um de bigodinho. Com esse eu acho que o Jean-Pierre conversou, ele era muito

simpático, já tinha conversado com a gente lá nos intervalos. Ai ele concordou. (ANDRÈS, entrevista à autora, 2012, grifos nossos)

Bastante emocionado ao relatar o alívio sentido com a posterior aprovação do *bureau*, e, conforme pode ser vislumbrado na última parte do trecho acima, Andrès nos dá indícios dos trabalhos de bastidores feitos para que o título, para além da pertinência patrimonial que não se pode negar a São Luís, fosse aprovado naquele momento. Além da presença do ex-presidente do Brasil, que obviamente fez valer seu peso político, entrou em cena a figura de Halévy, bastante conhecida e respeitada no meio em questão.

[...] eu desconfio que o Jean-Pierre fez um trabalho de bastidores, junto aos... ele era muito diplomático, já tinha trabalhado por lá. Ele andou conversando com os representantes. Ele deve ter dito, “poxa, o pessoal veio lá do Maranhão e tal” (ANDRÈS, entrevista à autora, 2012).

Assim, sem negarmos seu valor histórico e cultural, a eleição do Centro Histórico de São Luís a Patrimônio Mundial foi permeada de influências políticas que nos ajudam a questionar o puro “interesse comum da humanidade” em preservá-lo. Sem apresentar um estudo comparativo de qualquer natureza, a zona central ludovicense foi considerada “um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca” (ICOMOS, *apud* ANDRÈS, 2012, p. 95). Dentre os seis critérios definidos pela convenção do patrimônio, o Icomos considerou, assim, que São Luís atendia a três deles: é um testemunho excepcional de uma tradição cultural; é exemplo destacado de um conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da Humanidade e; é um exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é representativo de uma cultura e de uma época.

Após a aprovação do Bureau do Patrimônio Mundial, em junho de 1997, restava então a chancela do Comitê do Patrimônio Mundial, cuja plenária se daria no mês de dezembro. Novamente em comitiva, Roseana Sarney e seu lobby seguiram para a Europa, agora para a cidade de Nápoles, na qual o Centro Histórico de São Luís finalmente recebeu a distinção de Patrimônio Mundial. Ainda lá, tratava-se de, finalmente, capitalizar politicamente o título. Em sua primeira entrevista após o título, José Sarney asseverou:

O grande desejo de um parlamentar é conseguir defender sua causa. Grande ou pequena, o essencial é vê-la vitoriosa. [...] Eu, hoje, sou o mais antigo parlamentar brasileiro. O único remanescente da Legislatura de 1955. Minha causa parlamentar tem sido a cultura. Há trinta anos apresentei o primeiro projeto de lei de incentivo à cultura. [...] Estou em Nápoles [...]. Assisti à Unesco [...] proclamar São Luís do Maranhão Patrimônio da Humanidade, o maior conjunto de arquitetura colonial dos trópicos, casario, fontes, edifícios, ruas e história. [...] A cultura, para mim, está

acima de todas as coisas. Ela aproxima o homem de Deus. Fiquei emocionado. Ali estava a delegação do Maranhão, Estado da Cultura, desde sua governadora, que tanto lutou por esse reconhecimento; o prefeito de São Luís; este pobre marquês e todos que choraram por esse fato (O ESTADO DO MARANHÃO, 19 dez.1997).

Tendo a mídia como grande aliada, Roseana Sarney e sua comitiva trataram de firmar o título como uma realização sua e, nas entrelinhas, vai desconstruindo a importância dos outros governos nas etapas de patrimonialização e revitalização do Centro Histórico.

Outro governador poderia, se quisesse, ter candidatado São Luís para integrar-se a esse clube seletivo da Unesco. E por que não o fez? Se o Projeto Reviver, excelente projeto que contou com o apoio e o entusiasmo do Presidente Sarney era suficiente para justificar o título por que nunca procuraram a Unesco com esse objetivo? Ora, foi preciso que eu chegasse ao governo e acreditasse nessa possibilidade e por ele brigasse durante quase dois anos para que se transformasse em realidade. Se tenho algum mérito nessa história é o de sempre ter acreditado no valor histórico de São Luís e ter elegido essa questão como bandeira de luta. [...] A rigor, a prefeitura não participou do processo, mas, uma vez alcançada a primeira vitória, que foi a aprovação da proposta técnica em julho deste ano, e evidenciadas as chances de sua homologação, o prefeito Jackson Lago incorporou-se, a meu convite, à delegação brasileira que foi a Nápoles, e ali acompanhou com o mais vivo interesse e entusiasmo a votação definitiva e a proclamação do resultado (O ESTADO DO MARANHÃO, 19 dez. 1997).

De um lado, Roseana minimizou a participação do poder municipal e apontou, nas entrelinhas, para uma aproximação interessada do prefeito Jackson Lago. Por outro, prontamente ignorou o nome Cafeteira, relacionando o Projeto Reviver ao seu pai, José Sarney. Cafeteira, por seu turno, não deixou seu nome passar despercebido e, logo em seguida, vinculou nas emissoras de televisão uma peça publicitária que falava do Projeto Reviver como a grande realização de seu governo e como elemento que se apresentou imprescindível na obtenção do título, como a própria fala da governadora havia frisado. Mais uma vez, a mídia desponta como o cenário mais propício para a batalha discursiva e política que se monta em torno do patrimônio local e, agora, do título recém-adquirido.

À população, deixada de lado durante todo o processo de candidatura, coube comemorar um título a respeito do qual ela muito pouco entendia, mas que lhe foi imposto como sinal de orgulho e de prosperidade. Um título que conta recortes da história selecionados pelas forças dominantes, os quais superestimam o mito da Atenas Brasileira e ignoram aquele envolto no ritmo jamaicano do *reggae*. Um título que se estabelece como um instrumento de dominação identitária, simbólica e que serviu prontamente como mais um elemento do projeto e dominação política dos Sarney. Por um bom tempo, e apoiado pelo discurso midiático, o Centro Histórico de São Luís, Patrimônio da Humanidade, foi tratado como o representante de toda a singularidade cultural e de todo o espírito elevado do

Maranhão. Seus problemas sociais e infraestruturais, longe de terem sido resolvidos, foram minimizados e deram lugar a sentimentos de orgulho criados e manipulados pelos discursos dominantes, lembrando-nos, como fez Le Goff (1990), que a memória coletiva é, entre outras coisas, um instrumento e também um objetivo de poder.

O título da Unesco concedido a São Luís e divulgado por meio do slogan “É do Mundo”, mostrou que os bens patrimoniais e as construções identitárias ligadas a eles, independentemente de chancelas internacionais e dos “interesses comuns da humanidade”, continuam sendo manipulados localmente. Dessa forma, permanecem servindo a projetos dominantes, sendo que o próprio título entra para exacerbar essa possibilidade.

Referências

ARAGÃO, E. R. O. **Atenas, Monchester, Ilha Rebelde e cidade francesa: as representações imagéticas da cidade de São Luís**. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de História. Universidade Federal do Maranhão, 2007.

ARANTES, A. A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Orgs.). **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009, p. 11-24.

BENJAMIN, W. Paris, Capital do Século XIX. In: FORTUNA, Carlos (Org.). **Cidades, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta Editora, 1997, p. 67-50.

CARVALHO, C. de M. B. **A genealogia do patrimônio em São Luís: da Athenas à capital da diversidade**. Tese de doutorado. Programa de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras. Unesp/Araraquara, 2009.

CORRÊA, R. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís, SIOGE, 1993.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LIMA, Elaine F. **Da Nação ao Mercado: Patrimônios Mundiais e Intervenções Urbanas em Perspectiva Comparada**. Tese (Doutorado Em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014.

MOREIRA, R. Breve História de São Luís. In: ANDRÈS, Luiz Phelipe de C. **Centro Histórico de São Luís Patrimônio Mundial**. São Luís: Audichoromo, 1998.

O ESTADO DO MARANHÃO. 19 dez. 1997. p. 3.

O IMPARCIAL. São Luís, 16 set.1994. p. 3.

PUREZA, J. M. **O património Comum da Humanidade**: rumo ao direito internacional da solidariedade? Tese de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1995.

SIMMEL, G. **As grandes cidades e a vida do espírito**. In: **Mana**, vol. 11, n. 2, 2005, p. 577-591. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>> Acesso em: 1 fev. 2009.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf> 2002. Acesso em: 22 fev. 2013.

_____. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, 1972. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 1 set. 2009.